DIREÇÃO CONCURSOS

Curso Completo de Discursivas para Câmara de Teresina – com correção

O curso e a prova discursiva

Prof. Sérgio Varella

Sumário

SUMÁRIO 2

O CURSO 3

OBJETIVO DO CURSO 5
FUNCIONAMENTO DO CURSO 6

O PROFESSOR 7

PROVA DA CÂMARA DE TERESINA 9

Peso da Discursiva 9
Principais informações do edital 11

CONHECENDO A PROVA DISCURSIVA 15

PRINCIPAIS MODALIDADES DE PROVA DISCURSIVA 15
Redação 15
Questão 22
Estudo de Caso 24
Peça Técnica 26
Estrutura Clássica da Peça Técnica (comum em tribunais de contas) 28

A CORREÇÃO PELA BANCA AOCP 33

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO 34
AOCP 34
A AVALIAÇÃO 37
O avaliador é especialista no assunto? 37
Serei avaliado por uma única pessoa? 37
Como se dá o cálculo final da nota? 38

QUE ESTRATÉGIA UTILIZAR NA PROVA DISCURSIVA 40

QUANTO TEMPO DEVO GASTAR NA PROVA DISCURSIVA? 40
DEVO FAZER PRIMEIRO A OBJETIVA OU A DISCURSIVA? LER ANTES A PERGUNTA OU NÃO LER? 41
USAR LETRA CURSIVA OU DE FORMA? 42

MÃO NA MASSA 43

O curso

Olá, querido aluno!!

Vamos começar o nosso curso de discursiva para concursos públicos. É uma honra tê-lo como aluno para essa matéria tão importante e crucial para sua aprovação. Tenho certeza de que com afinco e dedicação você conseguirá a tão sonhada aprovação. De quebra, com uma super nota na prova discursiva, que chega, em alguns concursos, a ter peso igual à prova objetiva.

Nosso curso trará técnicas e estratégias que serão úteis em qualquer prova discursiva que você venha a fazer. Afinal de contas, independentemente da banca, temos que responder aquilo que a banca solicita em consonância com o espelho padrão utilizado para correção. Apenas isso. **Apesar das técnicas se adequarem a qualquer concurso, iremos dar um enfoque maior nas características de sua prova.**

Ao longo desse curso irei apresentar os conhecimentos preliminares que todo candidato deve saber durante a sua preparação para a prova discursiva e claro para a tão sonhada aprovação.

Como veremos, a forma e o conteúdo são muito importantes numa prova subjetiva. Assim, é imprescindível que o aluno tenha consciência da estrutura do texto para que o conteúdo não seja prejudicado pela falta de adaptação das ideias presentes na sua cabeça ao transpor o conteúdo ao plano textual.

Ahh, mas eu tenho muitas dúvidas!!!

Dúvidas são comuns ao longo da nossa trajetória de estudos. Tê-las não é um problema, todavia guardá-las com vocês até a prova é um erro que você não pode cometer. Se possui dúvidas, procure saná-las. A hora é agora. Não deixe para a prova, pois lá você não terá como perguntar ao professor.

Devo fazer uma introdução ou devo responder diretamente as perguntas? Devo copiar toda a pergunta para depois respondê-la ou posso ir direto à resposta? Devo trazer informações que não foram pedidas, mas que estão relacionadas ao assunto? Devo escrever todas as linhas ou deixo algumas em branco?

Ao final desse curso você terá as informações necessárias para chegar na prova 100% preparado e à frente da concorrência, conquistando pontos importantes para a aprovação. A discursiva deixará de ser um bicho-papão para ser o seu diferencial, conseguindo melhorar sua posição no concurso.

Professor, qual a grande dica para uma boa redação?

O primeiro passo é saber que a correção de sua prova será feita por uma pessoa de carne e osso como você. Ela pode estar cansada, ter brigado com a família, seu time de futebol ter perdido uma partida, estar com problemas financeiros. Tudo isso irá com certeza influenciar a correção. Então, dica número 1 – **Facilite a vida do avaliador.**

Dica 1

Facilite a vida do avaliador.

Elabore um texto limpo e sem muitas rasuras. Busque a ordem direta na hora de abordar um assunto. Responda na ordem que os quesitos foram apresentados na pergunta. Não divague sobre os assuntos, vá direto ao ponto solicitado, seja objetivo e conciso em sua resposta.

Qualquer dúvida é só me procurar.



profsergiovarella@gmail.com



@profsergiovarella

Objetivo do Curso

Com esse curso, espera-se que você possa compreender com profundidade como elaborar uma discursiva, estando apto a escrever um texto que atenda aos preceitos básicos necessários para o alcance da nota máxima em sua prova.

É importante destacarmos, que esse curso não tem como escopo o conteúdo das matérias específicas do concurso. Tampouco nosso foco será nos aspectos gramaticais e regras de português. Para tanto, vocês contam com a excelente equipe do Direção Concursos. Logicamente usaremos questões que envolverão conteúdo, todavia o aprofundamento sobre o tema deve ser feito em cada matéria.

Funcionamento do Curso

Cada aluno terá direito a 4 correções individualizadas e poderá escolher entre os temas propostos na aula. Você deverá simular a resolução da prova como se estivesse no dia do concurso e utilizar as técnicas que serão passadas ao longo do curso.

Os temas serão postados na área do curso e você poderá escolher a ordem que irá responder. Assim, pode começar pelo tema que tem mais facilidade para começar a praticar, caso prefira.

Sugiro que toda semana você faça pelo menos uma das redações. Isso faz com que você vá recebendo o feedback do professor e ajustando a técnica para próxima discursiva. Se você fizer todas de uma vez e me enviar, não terá como ir aprimorando a técnica com a ajuda de um especialista.

Não se preocupe se comprou o curso muito perto da prova. As correções não têm um prazo individualizado. O que existe é que cada questão que você enviar será respondida em até 7 dias úteis.

Único prazo existente são os 15 dias antes da data da prova do seu concurso. Após esse prazo não receberei mais provas para o seu concurso, pois as correções são individualizadas e precisam de tempo dedicado a cada uma delas.

Obs. O parecer contará como 2 correções, devido ao seu tamanho de 150 linhas. Assim, caso aluno envie um parecer ele poderá ainda enviar mais duas questões ou outro parecer. Caso envie apenas questões, poderá enviar quatro temas para avaliação.

E como devo enviar a minha questão discursiva?

Todas as instruções para o envio da questão discursiva estão disponíveis na próxima aula deste curso.

O professor

Antes de darmos andamento a nossa aula introdutória, vou fazer um breve resumo de minha história. Comecei tarde no ramo dos concursos públicos, apenas com 30 anos. Em fevereiro de 2013, fechei duas empresas das quais era sócio e iniciei a minha trajetória nessa área.

Tarde?? No curso de formação para Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Nacional tinha um senhor de 63 anos que estava fazendo o seu primeiro concurso. Então, o tarde é relativo. Independentemente da sua idade, se decidiu estudar para concursos, essa é a sua hora certa. Se dedique que a aprovação virá.

Consegui aprovação no meu primeiro concurso como Analista de Finanças de Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com 3 meses de preparação, cargo para qual fui chamado e tomei posse em 2016. A posição não foi tão boa, mas foi o bastante para ser chamado na última convocação para o certame.



Como dizem você não precisa ser a pessoa mais rápida do mundo para fugir do leão, você apenas precisa correr mais que o seu vizinho. Você não precisa ser o primeiro lugar de um concurso, apenas precisa estar numa posição que seja convocado.

Ainda em 2013, consegui minhas primeiras aprovações dentro das vagas (Analista de Administração Pública do Ministério Público da União - MPU - **4º Colocado**) - e Analista de Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - **1º Colocado**).

Nesse concurso para Analista do MPU a discursiva me ajudou bastante, consegui a nota máxima, sofrendo apenas uma pequena perda de pontuação de erro de português. Como veremos, o peso do português é, normalmente, bem pequeno nas provas discursivas. Em algumas sequer existe penalização direta relacionada a esse quesito.

Depois dessas conquistas, e com um método de estudo aprimorado, busquei concursos "maiores", como Consultor da Câmara dos Deputados e Auditor Substituto de Conselheiro de Tribunais de Contas, obtendo êxito, nos dois concursos, graças a metodologia de estudos aplicada, sendo o **1º Colocado** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas e **16º** Colocado para Consultor da Câmara dos Deputados.

Atualmente atuo como Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) na área de Planejamento Estratégico e Modernização Administrativa.

Abaixo um resumo das principais aprovações:

- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas – 2015;

- ✓ Aprovado em **sexto lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal do Contas dos Municípios de Goiás – 2017;
- ✓ Aprovado na posição 97 para Auditor de Controle Externo do **Tribunal de Contas da União** – 2015;
- ✓ Aprovado na posição 16 para **Consultor da Câmara dos Deputados** na especialidade Administração Pública – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 149 para Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 12 para Analista Administrativo do **Tribunal de Contas do Distrito Federal** – 2014;
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Auditor de Controle Interno do Distrito Federal – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 309 para o cargo de **Analista de Finanças e Controles da Secretaria do Tesouro Nacional** – 2013.
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Analista de nível gerencial do Ministério de Comunicações – 2013.
- ✓ Aprovado na posição 62 para Técnico Administrativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Analista Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado na **posição 4** para Analista de Gestão Pública do Ministério Público da União – 2013.

Destaco dois resultados das provas acima listadas, no tocante às provas discursivas, que sempre me ajudaram bastante na composição da nota final do concurso. E que muito em breve será o seu diferencial, se você seguir as técnicas apresentadas nesse curso.

No concurso para Analista de Administração Pública do Ministério Público da União (MPU) - Banca CEBRASPE (CESPE) - obtive a nota máxima no conteúdo da prova discursiva. Já no concurso para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas (Banca FCC), obtive a maior nota na discursiva com 5 pontos de diferença para segunda maior nota.



Na área acadêmica possuo mestrado em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), pós-graduação em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Gestão Pública e Gestão Empresarial (FGV). Além disso, 3 graduações: Engenharia de Computação (UFRN), Comércio Exterior (IFRN) e Direito.

Além da experiência adquirida realizando concursos, nos últimos 6 anos, venho orientando alunos na elaboração de suas discursivas, na realização de recursos e realizando *coaching* para elaboração de suas estratégias de estudo. Graças a essa experiência, pude observar os principais erros e as melhores estratégias para gabaritar as provas discursivas de qualquer banca.

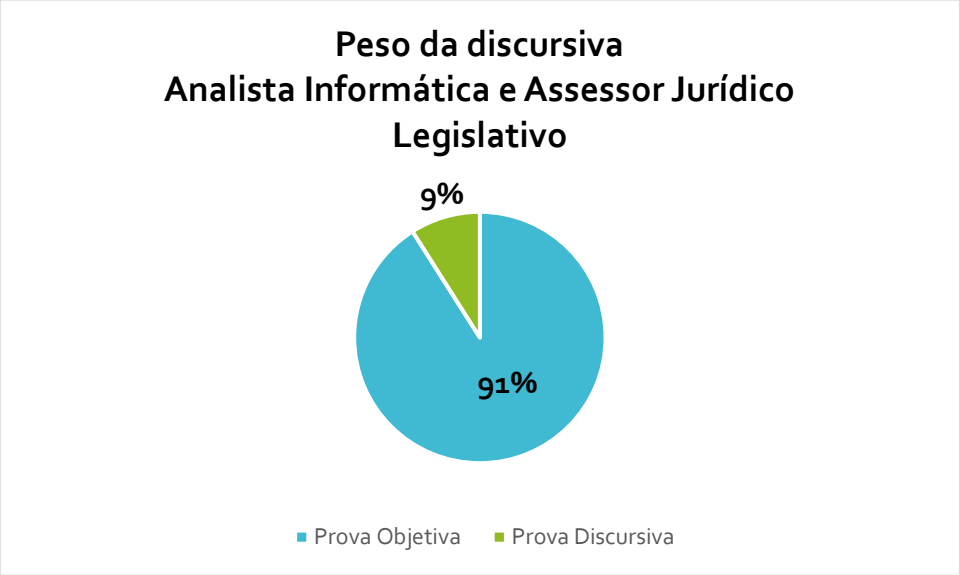
Vamos ao que interessa...

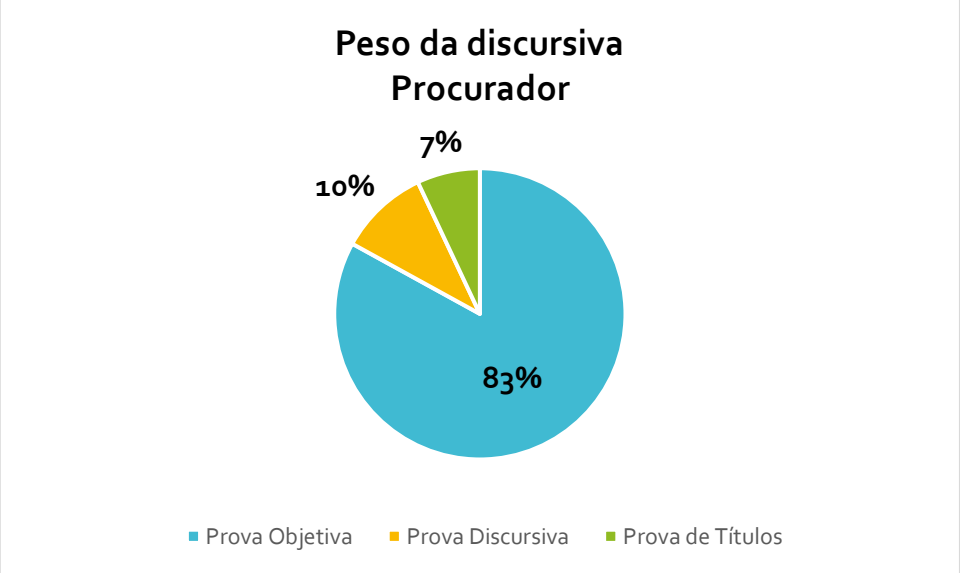
Prova da Câmara de Teresina

Peso da Discursiva

Antes de mais nada, é importante sabermos qual o peso, ou seja, o quanto importante a nota da discursiva será para a composição de sua nota final.

No concurso da Câmara Municipal de Teresina haverá prova discursiva para os cargos de **Analista Informática**, **Assessor Jurídico Legislativo** e **Procurador**. O peso da discursiva varia de acordo com os cargos, conforme a seguir:





Dessa forma, o peso da discursiva é não somente quantitativo, mas também qualitativo. Essa prova funciona como o verdadeiro filtro entre os candidatos que são aprovados e convocados e aqueles que ficam no quase.

Qual a conclusão que chegamos??

A nota da discursiva será o grande diferencial para a sua aprovação. Ela precisa ter destaque em seus estudos, sobretudo com tempo para treinar a sua escrita, utilizando o conteúdo aprendido nas aulas teóricas do nosso curso do Direção.

Principais informações do edital

Nesse tópico vou trazer os principais pontos que você deve observar com relação à regra geral de sua prova discursiva. Todavia, é importante que você leia todo edital, criando o hábito de identificar os pontos chaves que devem ser atendidos na hora de responder a sua prova.

- ✓ A Prova Objetiva e a Prova Discursiva serão aplicadas juntamente na data provável de **13/09/2020** e terão a duração de 5 horas.
- ✓ A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório.
- ✓ A Prova Discursiva será realizada para os cargos de Analista Informática, Assessor Jurídico Legislativo e Procurador.
- ✓ Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que obtiver a pontuação de 50 pontos ou mais na Prova Objetiva e que estiver classificado nessa até o limite da 50ª posição.
- ✓ Para não ser eliminado do Concurso Público e ter a Prova Discursiva corrigida, o candidato inscrito como Pessoa com Deficiência - PcD deverá atingir, no mínimo, a pontuação de 50 pontos na Prova Objetiva.

Prova Discursiva para o cargo de Analista Informática

- ✓ Será composta por 02 (duas) questões de Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.

https://www.institutoaocp.org.br/concursos/arquivos/anexo_II_conteudos_programat_teresina.pdf?

- ✓ O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 20 (vinte) linhas para elaborar a resposta da questão.
- ✓ Critérios de avaliação:

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	1,50
2	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	1,50
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	1,00
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). **Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).**	1,00
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			**5 pontos**

- ✓ A pontuação máxima da prova discursiva é de 10 pontos.

Prova Discursiva para o cargo de Assessor Jurídico Legislativo

- ✓ Será composta por 01 (um) Parecer Jurídico e 02 (duas) questões de Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.

https://www.institutoaocp.org.br/concursos/arquivos/anexo_II_conteudos_programat_teresina.pdf?

- ✓ Para o Parecer Jurídico, o candidato disporá de, no mínimo, 75 (setenta e cinco) linhas, e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) linhas para elaborar a resposta da questão.
- ✓ Para as questões de Conhecimentos Específicos, o candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 20 (quinze) linhas para elaborar a resposta da questão.
- ✓ Critérios de Avaliação:

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO PARECER JURÍDICO		
Aspectos:		**Pontuação máxima**
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	3,00
2	Sistematização lógica	1,00
3	Nível de persuasão	1,00
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	1,00
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS	**06 pontos**

Aspectos:		**Descrição:**	**Pontuação máxima**
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	1,00
2	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	0,60
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	0,20
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). **Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).**	0,20
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			**2,00 pontos**

- ✓ A pontuação máxima da prova discursiva é de 10 pontos.
- ✓ Quando da realização do Parecer Jurídico ou Peça Judicial (quando houver), caso seja exigida assinatura, o candidato deverá utilizar apenas o termo "Advogado". Ao texto que contenha outra assinatura será atribuída nota 0 (zero).
- ✓ O material de uso permitido para utilização no Parecer Jurídico ou Peça Judicial (quando houver) será fornecido pelo Instituto AOCP, por meio de excertos de legislação.

Prova Discursiva para o cargo de Procurador

- ✓ Será composta por 01 (um) Parecer Jurídico ou 01 (uma) Peça Judicial e 03 (três) questões de Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.

https://www.institutoaocp.org.br/concursos/arquivos/anexo_II_conteudos_programat_teresina.pdf?

- ✓ Para o Parecer Jurídico ou Peça Judicial, o candidato disporá de, no mínimo, 75 (setenta e cinco) linhas, e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) linhas para elaborar a resposta da questão.
- ✓ Para as questões de Conhecimentos Específicos, o candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 20 (quinze) linhas para elaborar a resposta da questão.
- ✓ Critérios de avaliação:

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO PARECER JURÍDICO OU PEÇA JUDICIAL		
Aspectos:		**Pontuação máxima**
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	3,00
2	Sistematização lógica	1,00
3	Nível de persuasão	1,00
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	1,00
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS	**06 pontos**

Aspectos:		**Descrição:**	**Pontuação máxima**
1	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	1,00
2	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	0,60
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	0,20
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). **Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).**	0,20
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			**2,00 pontos**

- ✓ A pontuação máxima da prova discursiva é de 12 pontos.
- ✓ Quando da realização do Parecer Jurídico ou Peça Judicial (quando houver), caso seja exigida assinatura, o candidato deverá utilizar apenas o termo "Advogado". Ao texto que contenha outra assinatura será atribuída nota o (zero).
- ✓ O material de uso permitido para utilização no Parecer Jurídico ou Peça Judicial (quando houver) será fornecido pelo Instituto AOCP, por meio de excertos de legislação.

Aspectos comuns aos cargos

- ✓ A Prova Discursiva deve ser feita com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial.

- ✓ Nenhuma das folhas de textos definitivos da Prova Discursiva poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.
- ✓ O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota o (zero) em caso de:
    - não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
    - manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no edital;
    - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
    - redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
    - não apresentar as questões e o parecer jurídico ou peça judicial redigidos na Folha da Versão Definitiva ou entregá-los em branco;
    - apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- ✓ Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.
- ✓ Será aprovado na Prova Discursiva o candidato que obtiver 50% ou mais do total da pontuação prevista para cada item da Prova Discursiva. Isto é, para o Parecer Jurídico e/ou Peça Judicial e Questões.
- ✓ O recurso poderá ser interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis da publicação das decisões objetos dos recursos.

Dica

Sempre leiam o edital e saibam as regras do jogo de "cor e salteado"



Curiosidade

Em inglês, a **expressão** "to know by heart" é equivalente ao português que também tem sua **origem** francesa, ou seja, 'saber de coração'. Na língua espanhola, o termo usado é 'saber de memória', já relacionado ao decorar e lembrar do assunto por conta disso.

Conhecendo a prova discursiva

Para aqueles que já estão acostumados a fazer provas discursivas, esse tópico pode já ser conhecido. Mesmo assim, sugiro que façam uma leitura rápida para entender melhor o funcionamento da prova subjetiva.

Antes de abordarmos especificamente a estrutura do seu concurso, vejamos os principais tipos de exigências na discursiva: 1) Redação; 2) Questão; 3) Estudo de Caso; 4) Peça Técnica.

Professor, e qual a diferença de cada uma delas?

Principais modalidades de prova discursiva

Redação

Essa modalidade geralmente exige do aluno que se escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre determinado assunto de conhecimento geral, mais amplo. Analisemos um exemplo da banca FCC do concurso para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região no ano de 2017. Observe que em temas amplos sempre saberemos algo sobre o assunto, todavia o difícil é abordar os pontos solicitados pela banca e presentes em seu espelho. Para ajudar, normalmente existem tópicos que mostram os assuntos que a banca quer que você aborde. Nesse caso a seguir, não temos subtópicos, mas já temos dois assuntos que devem ser abordados (1- ciência; 2- desenvolvimento).

O Brasil investe pouco em pesquisa. Mesmo assim, a ciência brasileira foi capaz de criar uma grande exportadora de aviões, transformar o país na maior potência agrícola mundial e inventar o bioetanol, contribuindo para o crescimento autônomo da sociedade e da economia brasileira. Ciência é investimento.

(Adaptado de: GUANAES, Nizan. Ciência é Investimento. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

Para impulsionar o desenvolvimento tecnológico é necessário avançar nas relações entre universidades e empresas, e apoiar maciçamente investimentos em pesquisa e inovação. O financiamento contínuo e em montantes adequados é, portanto, indispensável.

(Adaptado de: GOMES, Paulo Alcântara. Disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com)

Com base nas ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Ciência e desenvolvimento

Já no exemplo a seguir, da banca Cesbraspe (Cespe), do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no ano de 2017, temos tópicos que mostram os assuntos que a banca quer que você aborde. Agora observe que existem três temas que você deve abordar necessariamente.

As correntes migratórias de populações da África, do Oriente Médio e da América Latina para a Europa, os Estados Unidos da América (EUA) e outras regiões do globo têm gerado polêmica na política internacional. Atualmente, o maior símbolo dessa polêmica, o recém-empossado presidente norte-americano, Donald Trump, propôs, em sua campanha, construir um muro na fronteira entre os EUA e o México, tendo dado início à tramitação desse projeto logo em seus primeiros dias como presidente, nos quais, também, proibiu a entrada de refugiados no território norte-americano, causando grandes manifestações locais e comoção nos meios de comunicação e na comunidade internacional.

Tendo as informações precedentes como referência inicial, elabore um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

CORRENTES MIGRATÓRIAS ATUAIS: QUESTÃO POLÍTICA, DRAMA HUMANO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 causas diversas das migrações; [valor: 4,50 pontos]

2 comunidade internacional frente à questão da migração; [valor: 3,00 pontos]

3 relação entre as políticas restritivas à migração e manifestações de xenofobia. [valor: 2,00 pontos]

A seguir um exemplo da banca Fundação Getúlio Vargas (FGV) no concurso para o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina em 2017. Observe que nesse caso, a banca traz um texto que serve de base para a pergunta que você deve responder.

São bastante conhecidos os sete pecados capitais tradicionais, mas, em função das mudanças ocorridas na sociedade atual, o Vaticano criou, em março de 2008, um conjunto de novos pecados adaptados à era da globalização.

- Experimentos "moralmente dúbios" com células-tronco: a Igreja Católica defende a ideia de que a vida começa no momento da formação do embrião. Portanto, condena qualquer tipo de pesquisa científica com embriões humanos e células-tronco embrionárias.

- Uso de drogas: as drogas causam dependência física e psicológica nos usuários e prejudicam o funcionamento harmonioso da família. É uma atitude contra a vida humana.

- Poluição do meio ambiente: a poluição do ar, água e solo trazem prejuízos sérios ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

- Agravamento da injustiça social: o capitalismo criou, em muitos países, uma má distribuição de renda, deixando à margem da sociedade grande parcela da população (os excluídos sociais).

- Riqueza excessiva: o capitalismo favoreceu a concentração de renda, muitas vezes, de forma excessiva. Algumas pessoas concentram bilhões de dólares, enquanto outros, não têm sequer o que comer.

- Geração de pobreza: a pobreza e a miséria estão espalhadas pelo mundo. Cometem esse pecado aqueles que contribuem para a geração dessas condições sociais.

- Violações bioéticas como, por exemplo, controle de natalidade: é considerada violação bioética toda atitude que pretende evitar a geração de vida de forma natural (uso de contraceptivos, cirurgias, aborto, inseminação artificial).

Qual desses "novos pecados capitais" lhe parece mais danoso ao ser humano?

Faça um texto dissertativo-argumentativo com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em linguagem culta, defendendo sua posição de modo claro e convincente.

Agora vejamos um exemplo da banca Vunesp, no concurso para PM-SP em 2019.

Texto 01

Pela primeira vez, a população deve consumir mais conteúdo midiático na internet do que pela TV, de acordo com relatório da agência de mídia Zenith. Conforme a previsão, já em 2019 as pessoas devem passar mais horas navegando pela internet, fazendo compras, assistindo a filmes, séries e vídeos, conversando ou ouvindo música, do que assistindo à televisão.

("Internet irá ultrapassar TV já em 2019, indica relatório", 18.06.2018. https://epocanegocios.globo.com. Adaptado)

Texto 02

De acordo com estudo divulgado pela empresa Morrison Foster, as pessoas passam, em média, sete horas por dia nas redes sociais. E é exatamente esse o local ocupado pelos influenciadores, que também estão conectados e produzindo conteúdos para seus seguidores a todo tempo. Segundo uma outra pesquisa, publicada pela Sprout Social, 74% dos consumidores guiam suas decisões de compra com base nas redes sociais. Ou seja, o público está atento às opiniões da internet e, principalmente, aos depoimentos de canais influentes e de credibilidade.

("A contribuição dos influenciadores digitais para a decisão de compra". 02.02.2018. https://franpress.com.br. Adaptado)

Texto 03

Nos últimos 10 anos, o tempo médio de consumo domiciliar de televisão passou de 8h18 para 9h17. Um crescimento de 12%. Vale ressaltar que esse foi um período de forte ascensão da internet como plataforma de distribuição de conteúdo. Os conteúdos da TV, além de entreter e informar, também exercem um papel importante na dinâmica social. Eles influenciam a pauta de conversas tanto com material que gera engajamento entre os telespectadores, como com publicidades criativas. O levantamento da Kantar IBOPE Media aponta que 51% das pessoas acham que a propaganda na TV é interessante e proporciona assunto para conversar. E, entre os que acessam a internet enquanto veem TV, 23% comentam nas redes sociais o que assistem – mostrando que a televisão segue marcando presença no dia a dia do brasileiro.

(João Paulo Reis. "Televisão: a abrangência e a influência do meio mais presente na vida dos brasileiros", 24.12.2018. https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br. Adaptado)

Com base nas informações dos textos e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

A popularização da internet ameaça o poder de influência da televisão?

Professor, já estou cansado de tanto modelo igual. Quero apenas provar a vocês a semelhança entre as bancas. Existem apenas algumas mudanças, mas a essência é a mesma. Vamos mais uma? Agora da banca Fumarc, concurso da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo em 2018.

Texto 01

"Mas, individualmente, temos medo e solidão; como país, presenciamos escândalos nunca antes vistos. A violência é cotidiana, o narcotráfico nos ameaça, mais pessoas foram assassinadas por aqui do que nas guerras ao redor do mundo nos últimos anos. Andamos encolhidos dentro de casa. Estão cada vez mais altos os muros do medo e do silêncio."

Texto 02

"Cada vez que, seja por trágica dependência, seja por aquilo que minha velha mãe chamava "fazer-se de interessante", um de nós consome uma droga qualquer (mesmo o cigarrinho de maconha dividido com a turma), está botando no cano de uma arma a bala – perdida ou não – que vai matar uma criança, uma mãe de família, um trabalhador. Nosso filho, quem sabe.

Disfarçamos nossos tantos medos. Fingimos ser superiores, batendo grandes papos sobre dinheiro, futebol, sacanagem, política."

A partir da leitura dos fragmentos retirados do texto "Medos à beira do abismo", de Lia Luft, e dos conhecimentos adquiridos a partir de sua formação, escreva um texto dissertativo argumentativo sobre o seguinte tema:

Violência e narcotráfico: como enfrentar esse desafio?

Que tal um exemplo da banca Iades?

Texto 1

Jornada de Atualização Técnica reúne Fiscais do Sistema CFN-CRN em São Paulo

(28/11/2018) Nutricionistas Fiscais de todo o Brasil estão reunidos em São Paulo, a partir desta terça-feira, 27 de novembro, para a VI Jornada de Atualização Técnica de Fiscais do Sistema CFN-CRN. A programação do evento, que continua até o dia 29, inclui uma série de palestras a respeito de temas relevantes para a atuação profissional.

O encontro foi aberto pela presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), que reforçou a importância do fiscal como agente de orientação do sistema. "Temos que mudar essa visão de que fiscalizar é punir", conclui a presidente.

[...]

Disponível em: <http://www.crn3.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Texto 2

A punição a um nutricionista do Distrito Federal trouxe à tona a discussão acerca do risco do uso de anabolizantes. Um paciente denunciou o profissional ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da 1ª Região por ter receitado o uso de esteroides, além da prescrição de uma dieta não recomendada. Pela atuação irregular, ele ficará seis meses afastado.

Segundo a presidente da Comissão de Ética do CRN, não é competência do profissional de nutrição prescrever qualquer tipo de remédio. "Nós não estudamos para isso e não temos competência para definir o tipo de hormônio, a posologia e por quanto tempo deve ser utilizado. Nada disso faz parte da nossa profissão, pois o papel é fazer uma orientação de alimentação baseada em nutrientes, e não com medicamentos", destaca.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2019, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo respondendo a uma consulta feita por um dos conselheiros do Conselho Regional de Nutrição (CRN) à assessoria jurídica quanto aos poderes fiscalizatórios e punitivos do CRN. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) conceito dos poderes administrativos envolvidos na atividade fiscalizatória e punitiva;
b) atributos e características dos referidos poderes;
c) aplicabilidade desses poderes;
d) limitações; e
e) possibilidade de controle dos atos praticados com abuso de poder.

Vou trazer agora um exemplo da banca Fundep. Acho ele legal, pois traz 3 textos e um deles com vários gráficos.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia estes textos.

TEXTO I

Por que não se investe mais em saneamento básico no Brasil?

Apesar de ser um direito garantido por lei, informações trazidas pelo Instituto Trata Brasil apontam que apenas 50,3% da população brasileira possuía integral acesso à coleta devida de esgoto. Este percentual significa que mais de 100 milhões de pessoas utilizam métodos alternativos (como o descarte em fossas ou rios) para lidar com a questão dos dejetos.

O Instituto Trata Brasil estimou em 2016, ainda, que mais da metade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – programa governamental de tratamento de esgoto e fornecimento de água – estavam abandonadas em todo país. E não por falta de recursos: foram destinadas a estas obras cerca de R$ 22 bilhões.

[...]

Disponível em: <https://www.politize.com.br/saneamento-basico-no-brasil/>. Acesso em: 3 jun. 2019 (Adaptação).

TEXTO II

Privatizar e regular: o que muda com a MP do saneamento

Uma medida provisória (MP 844/18) que muda as diretrizes do marco legal do saneamento básico no país foi assinada pelo presidente Michel Temer em 6 de julho de 2018.

[...]

Uma das principais alterações promovidas pela nova MP foi tornar a ANA (Agência Nacional de Águas) uma agência reguladora dos serviços públicos de saneamento básico, atribuição que até agora era do Ministério das Cidades. À ANA cabia regular o acesso e uso dos recursos hídricos no âmbito da União, como rios que atravessam mais de um estado.

Os serviços da área incluem atividades como abastecimento de água, tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de lixo sólido e drenagem das águas das chuvas. Hoje, essas tarefas são realizadas pelos estados e municípios por meio de empresas públicas, privadas ou mistas.

[...]

Durante pronunciamento no Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília entre 18 e 23 de março de 2018, o presidente Temer defendeu o papel de empresas privadas na expansão da rede de esgotos.

Dados de 2015 do Instituto Trata Brasil mostram que 83,3% dos brasileiros contam com água encanada, mas apenas 51,9% têm esgoto. Somente 42,67% dos esgotos coletados no País são tratados.

Pontos como esses vêm sendo questionados por uma ampla rede de entidades do setor de saneamento, incluindo associações, agências reguladoras e órgãos locais. A ideia é entrar com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal). [...]

[...]

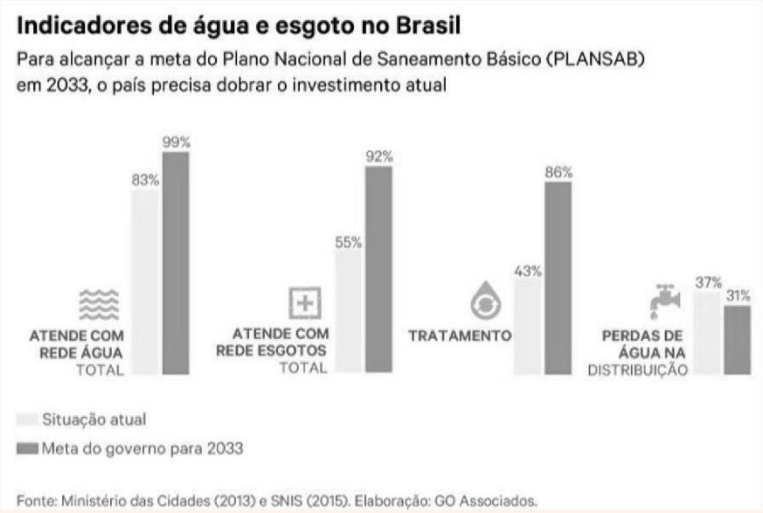
A questão territorial regulatória é complexa. Como a ANA pode estipular a tarifa no interior do Pará? O critério não pode ser o mesmo do Rio de Janeiro, por exemplo", disse Fernando Alfredo Rabello Franco, presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação) [...].

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/12/Privatizar-e-regular-o-que-muda-com-a-MP-do-saneamento>. Acesso em: 3 jun. 2019 (Adaptação).

TEXTO III

Países eficientes em saneamento básico têm ampla participação de companhias privadas, mostra estudo da CNI

Cobertura de serviços de esgoto no Brasil apresenta grande defasagem na comparação com países com renda *per capita* equivalente ou até menor. Chile tem 94% de participação privada, e Brasil apenas 5%



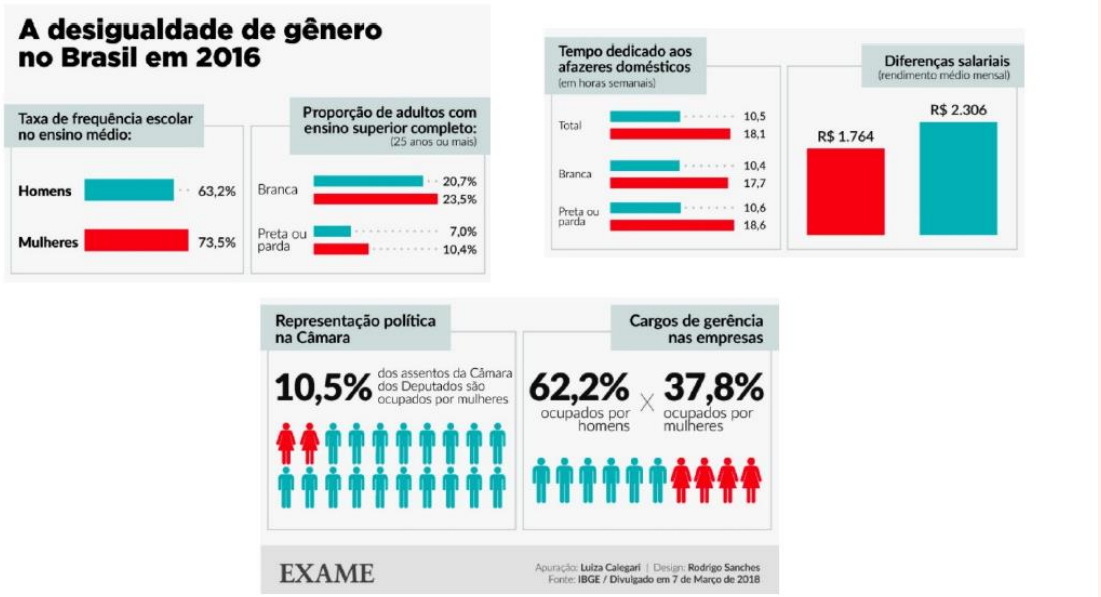
Disponível em: <https://tinyurl.com/y4zfoowk>. Acesso em: 3 jun. 2019.

Com base na leitura dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa, posicionando-se **a favor da privatização dos serviços de saneamento no Brasil ou contra ela**.

Para tanto selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. A transcrição parcial ou total de texto motivador não será considerada para efeito de correção e contabilização do número de linhas.

E a banca FUNPAR (NC-UFPR), como ela se comporta? Será diferente da demais?

Os gráficos abaixo relacionam aspectos sociais e econômicos que evidenciam a desigualdade de gênero, bem como a diferença entre a população branca e a população preta ou parda no Brasil.



Seu texto deve:

• contextualizar o assunto;

• ser autônomo, ou seja, deve trazer as informações para um leitor que não tenha tido acesso à imagem;

• apresentar um posicionamento baseado nos dados apresentados;

• mencionar dados extraídos dos gráficos;

• ter entre 8 e 12 linhas.

Questão

Normalmente apresenta-se por meio de um enunciado bem objetivo e direto, cobrando assuntos provenientes de algum conhecimento de matéria específica do edital. Os temas vêm geralmente precedidos de um texto meramente informativo e em seguida perguntas ou tópicos temáticos nos quais há pedidos de conceitos e de caracterizações. Vejamos a seguir um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF.

Tendo como base a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, faça o que se pede a seguir.

< Descreva a respeito do objetivo central da LRF. [valor 3,00 pontos]

< Sob o enfoque da LRF, descreva a respeito das exigências para aumento das despesas. [valor: 3,00 pontos]

< Descreva a respeito dos tratamentos que são dados às despesas com pessoal na esfera estadual, particularmente em ano eleitoral. [valor: 3,50 pontos]

O exemplo a seguir foi aplicado na prova para Analista Legislativo da Câmara Municipal de Caruaru, realizado no ano de 2015 pela Banca FGV.

O modelo denominado Balanced Score Card (BSC) como ferramenta de gestão foi originalmente criado visando às organizações com fins lucrativos. Mesmo assim, tem-se observado a sua utilização em diversos segmentos não lucrativos e mesmo em organizações governamentais.

A partir do fragmento acima, 1. Apresente as principais características do modelo. 2. Analise as condições de sua aplicabilidade em instituições públicas. 3. Avalie sua potencialidade para o processo decisório dos gestores públicos.

Mais um exemplo, agora da banca FCC, aplicado no concurso de 2016 para Procurador do Estado do Maranhão.

Com base nas normas positivas da Constituição Federal sobre a matéria, descreva o regime de incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - sobre operações com energia elétrica, utilizando-se, para a descrição, dos aspectos pessoal, material, espacial, temporal e quantitativo do fato gerador. (Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas).

Vejamos mais um exemplo, agora da banca Vunesp:

Diferencie a escuta telefônica da gravação clandestina, comentando sobre (i) a necessidade da autorização judicial) e (ii) a necessidade da degravação integral do conteúdo da interceptação telefônica; (iii) explique e/ou exemplifique uma hipótese de serendipidade

Estudo de Caso

Normalmente o tema do Estudo de Caso é apresentado por meio de uma narrativa fictícia de determinada situação. Essa pequena história deve servir, juntamente com outras fontes (leis, autorias, números etc.), como meio de fundamentação. Vejamos um exemplo da banca Cesbraspe (Cespe) do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul no ano de 2015.

O Tribunal Regional Eleitoral, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como lentidão, paralisações injustificadas e não comunicadas ao órgão e suspensão da obra em razão de execução irregular. Em decorrência desses fatos, o órgão rescindiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a administração pelo prazo de um ano, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo. Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

a) ilegitimidade do ato de rescisão unilateral;

b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e

c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles. [valor: 4,75 pontos, sendo 1,75 ponto, 1,00 ponto e 2,00 pontos, respectivamente, para a, b, e c]

A seguir mais um exemplo, agora da banca AOCP. Veja que o padrão é sempre o mesmo independente da banca. Uma situação hipotética e perguntas sobre ela.

Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018.

Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.

Vejamos mais um exemplo, agora da banca FCC:

Determinado serviço de execução de obra de construção civil se deu no Município X, cuja lei municipal instituidora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN atribui ao tomador do serviço a responsabilidade por retenção na fonte. Considerando que o tomador do serviço tem sede/domicilio no Município Z e o prestador do serviço tem sede no Município Y, analise de acordo com a Constituição Federal e a legislação federal que disciplina as normas gerais sobre ISSQN as figuras do contribuinte e do responsável tributário do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e a possibilidade ou não da retenção na fonte do ISSQN no caso apresentado e responda, fundamentadamente:

a. Qual município é competente para exigir e arrecadar o ISSQN?

b. Identifique: quem é o contribuinte e quem é o responsável pelo ISSQN.

c. Discuta os eventuais efeitos decorrentes de o prestador, o tomador e o local da obra estarem situados em Municípios distintos.

d. Sob quais condições ou requisitos o tomador poderá ser responsável pelo crédito tributário? (Elabore sua resposta definitiva em até 40 linhas).

Outro exemplo, agora da banca IBFC. Novamente, independente da banca, o padrão do estudo de caso é sempre o mesmo. Uma história hipotética e perguntas sobre o caso apresentado.

O secretário do município X comunica o Promotor de Justiça a prática de ato de improbidade, por lesão a princípios que regem a Administração Pública (art.11 da Lei nº8. 429/92), por servidor que lhe é subordinado. Qual a medida a ser tomada pelo Promotor de Justiça, considerando que o Secretário Jurídico é colegitimado para a propositura da ação de improbidade contra o servidor?

Para mostrar que não estou mentindo, mais um exemplo, agora da banca FGV. Viram como é simples o tal do estudo de caso?

O Governador do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei pretendendo alterar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, especificamente para estabelecer:

I. que a estabilidade dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo será obtida após 2 anos de efetivo exercício;

II. que será possível acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horário;

III. que a aposentadoria compulsória dos servidores públicos ocorrerá aos 80 anos de idade.

Instado pelo Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça elabore a minuta de relatório técnico sobre a constitucionalidade e juridicidade dos itens listados acima. Suas respostas devem ser objetivamente fundamentadas, dispensada a forma de parecer.

Peça Técnica

Geralmente apresenta-se como uma espécie do estudo de caso, sendo apresentada uma determinada situação, que deve servir de base para elaboração das respostas às perguntas realizadas pelo avaliador. Sua grande diferença é que requer, normalmente, que se coloque em determinado formato padrão da peça, por exemplo, se for uma "Informação" ela deve ter a formatação presente no Manual de Redação do Órgão. Vejamos a seguir mais um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF. Não se assuste com o tamanho, como veremos ao longo do curso, com calma e por partes, o que parece complicado se tornará simples.

Considere que, em uma auditoria realizada na Secretaria X do governo do DF, o TCDF tenha apurado os fatos apresentados a seguir, que constam no Processo n.º 00/2014:

1) existência do contrato n.º 08/2012 (fls. 54-60) firmado, em 16/1/2012, entre a Secretaria X e o Sr. José Oliveira, com prazo de vigência de doze meses, tendo como objeto a locação de imóvel não residencial, para sediar uma das coordenadorias regionais daquela secretaria;

2) em 16/1/2013, foi assinado termo aditivo ao citado contrato com valor global de R$ 87.000,00, prorrogando-o e tendo como termo inicial 17/1/2013 e, como termo final, 16/1/2014 (fls. 36-39);

3) a documentação anexa ao processo (fls. 64-76) mostra que todo o trâmite administrativo da solicitação da prorrogação contratual ocorreu entre janeiro e setembro de 2012, com as seguintes especificidades:

3.1) Termo de ciência de fiscalização sem data (fl. 68);

3.2) Data da declaração da intenção do locador de prorrogar o contrato de locação (28/11/2012) conflitante com a data de recebimento do referido documento pela administração (3/2/2013) (fl. 71);

3.3) Justificativa para prorrogação de contrato de aluguel com data de 3/12/2012 (fl. 74);

3.4) Laudo de avaliação técnica - ITBI com data de 9/9/2013 (fl. 76);

4) o titular da Secretaria X informou que, nos casos de contratos de locação de imóveis, quando há motivação e interesse público, o setor responsável deflagra, com antecedência de quatro meses, as tratativas para a realização de todos os atos e procedimentos necessários ao ajuste. Acrescentou que o próprio termo aditivo ao contrato de locação do imóvel apresenta, no seu preâmbulo, a descrição dos documentos e procedimentos com suas respectivas datas, podendo-se verificar que nenhuma delas foi praticada posteriormente à data do contrato. No intuito de provar o alegado, juntou cópia do referido termo aditivo ao contrato (fls. 249-251/Vol. II). Ressaltou o defendente que o termo aditivo não acarretou qualquer prejuízo aos cofres públicos no exercício de 2013, uma vez que o valor do aluguel sofreu redução de R$ 1.415,80 por mês e, portanto, não há de se falar em qualquer deficiência na celebração do citado aditivo;

5) existência do contrato n.º 999/2011 (fls. 154-160), firmado em 7/7/2011, entre a Secretaria X e a empresa Conservadora Ltda., especializada na prestação de serviços de mão de obra, decorrente do pregão eletrônico n.º 19/2011, cujo objeto é a contratação pelo prazo de doze meses, prevendo que a contratada colocasse à disposição da Secretaria X um total de 76 profissionais, sendo 55 digitadores (lote I), 12 atendentes ao público (lote II) e 9 auxiliares de serviços gerais (lote III);

6) em 2013, a Secretaria X desembolsou a quantia de R$ 372.000,00 com os serviços dos lotes I, II e III;

7) a análise do contrato de terceirização e de suas respectivas prorrogações, ocorridas nos anos de 2012 e 2013, mostrou que o termo de referência (fls. 115-121) e o termo aditivo (fls. 131-134) não demonstraram a justificativa da necessidade dos 76 profissionais e da terceirização dos citados serviços.

Com base na situação hipotética apresentada acima, redija, nos termos do Manual de Redação Oficial do TCDF, aprovado pela Decisão Plenária n.º 48/2002, um relatório de auditoria a respeito dos fatos apurados.

Ao elaborar seu relatório, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

< apresentação e estrutura de um relatório de auditoria do TCDF; [valor: 5,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de locação de imóvel, para sediar a coordenadoria regional; [valor: 8,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de terceirização de mão de obra; [valor: 8,00 pontos]

< conclusão do relatório. [valor: 7,50 pontos]

O grande desafio é o tamanho da questão. Muitas vezes assusta o candidato. Para resolver isso, quebre a questão em pedaços pequenos e analise cada uma das informações contidas. Segue mais um exemplo de peça técnica. Agora da banca FCC.

Dentre os compromissos assumidos pelo Governo Federal como requisito a candidatura do Brasil, a sede da Copa do Mundo de 2014, está incluída a concessão ampla de isenção de impostos a diversas entidades esportivas discriminadas nas "Garantias" e nos "Termos de Compromissos" firmados pelos representantes legais de diversos entes federativos signatários desses documentos no âmbito da União, Estados e Municípios. Tais documentos não foram submetidos às formalidades previstas no artigo 49, I e 84, VIII da Constituição Federal. Em 2008, a capital do Estado de São Paulo editou a Lei 14.863, que prevê a isenção de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, quando devido ao município de São Paulo , a prestação de todo e qualquer serviço diretamente relacionado à organização e à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, quando o prestador ou tomador dos serviços for: - A entidade internacional organizadora; - as associações e confederações de futebol dos países que participarão das Copas; ou - a pessoa física, jurídica ou equiparada, nacional ou estrangeira, diretamente vinculada à organização ou a realização das Copas, conforme dispuser o regulamento. Prevê, ainda, que a isenção fica condicionada à nomeação da cidade de São Paulo como uma das sedes da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Em 2010, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar 579 / 10, postulando que fossem os Municípios autorizados a conceder isenção do ISSQN em relação aos serviços relacionados à Copa das Confederações e a Copa do Mundo, em 2013 e 2014, respectivamente no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, exigiu-se expressamente a previsão em lei municipal.

Considerando-se que o referido projeto de lei complementar não foi aprovado, sancionado ou publicado até o momento, elabore m parecer e responda às seguintes perguntas:

a - qualquer das entidades mencionadas na lei, teria direito a postular isenção do ISSQN no município de São Paulo com base exclusivamente nos compromissos assumidos pelos representantes do governo brasileiro independentemente da lei complementar ou da lei municipal acima referida? ;

b - assumindo como premissa que o prefeito do município de São Paulo também tenha sido um dos firmatórios legais dos "termos de compromisso" que previam a concessão de benefícios fiscais, poderia a entidade internacional organizadora do evento exigir a isenção tributária mesmo sem a prévia edição de lei municipal? ;

c - exclusivamente com base em lei complementar, seria possível postular a isenção do ISSQN? ;

d - no cenário atual, a lei 14.863, de 2008, pode ser controlada constitucional? ;

e - a posterior edição de lei complementar autorizando a concessão do benefício fiscal sanaria eventual vício de inconstitucionalidade da referida lei municipal?;

f - após eventual decisão judicial transitada em julgado reconhecendo a inconstitucionalidade da lei 14.863/08, seria possível que autoridade fazendária municipal viesse a formalizar o lançamento tributário contra prestador de serviços, a qualquer das entidades citadas nessa lei, que deixe de pagar o imposto municipal com base nesse diploma legal, exigindo o imposto e a multa?

Estrutura Clássica da Peça Técnica (comum em tribunais de contas)

No dia a dia de seu trabalho, você muito provavelmente elaborará diversas peças técnicas, que podem ser desde informações e memorandos até instruções, relatórios e pareceres, muito comuns na atividade dos Tribunais de Contas.

A seguir vou trazer as principais características desses tipos de documentos. Lógico que existe variação entre eles e entre um mesmo documento em órgãos diferentes. Uma informação no TCDF pode ter uma estrutura um pouco diferente do TCU, todavia a sua essência será a mesma. Ao aprender a elaborar uma peça técnica, você estará apto a escrevê-la em qualquer órgão, sendo necessárias apenas pequenas adaptações.

Algumas dicas importantes.

- Na sua prova você não irá criar informação que possa identificá-lo. Se não foi indicado um número durante o comando da questão, você deixará essa informação em branco colocando "...", três pontinhos.
- Todo campo que pedir número ou assinatura, se a banca não informar que dado você deve usar, você deixará em branco. Não se identifique na prova.
- Algumas vezes a banca é clara e fala para você assinar como "auditor", por exemplo. Nesse caso, você usará o termo fornecido pela banca.

Não se preocupe com espaços entre as linhas. Pule uma ou duas linhas, entre cada um dos tópicos, apenas para deixar texto mais legível. Se não pular, dificilmente será penalizado por isso. Se manual falar em 10 linhas, não faça isso, uma ou duas linhas é o bastante.

Sempre vou bater na tecla. O que importa mesmo é o conteúdo. Em apenas uma prova (TCDF 2014) a banca exigiu que fosse seguido o Manual de Redação do órgão e apenou os alunos que não seguiram a estrutura formal. Mesmo nesse caso, quem utilizou parte da estrutura que mostraremos a seguir conseguiu algum ponto.

No caso do TCU, não existe um Manual de Redação que defina um padrão único, ou seja, é possível que mais de uma estrutura esteja correta. Se você apresentar a estrutura a seguir estará elaborando uma peça técnica corretamente.

1) Introdução ou relatório.

2) Exame de admissibilidade (se for o caso).

3) Exame técnico.

4) Conclusão.

5) Proposta de encaminhamento.

Primeira dúvida que o aluno tem é se ele precisa, no seu texto, colocar esses tópicos antes de começar ao escrever o texto. Não precisa, mas fica mais bem estruturado o texto e eu sugiro que faça essa divisão, já demonstrando a estrutura de um relatório.

1) Introdução ou relatório

Em poucas palavras é o resumo do caso apresentado no comando da questão. Aqui não tem problema em copiar as informações, mas tente resumir caso o texto original seja muito extenso.

Dificilmente você será penalizado por ter resumido de uma forma ou de outra, desde que aborde a essência do caso apresentado, receberá a pontuação pelo item.

Exemplos

"Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério XYZ, tendo como responsável o Sr. fulano de tal, prefeito do Município ABC, devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados à aludida municipalidade por meio do Convênio 123/2012, firmado com o objetivo de realizar a obra tal, no valor de R$ (...)."

"Trata-se de representação formulada pela empresa XYZ, com base na Lei de Licitações, versando sobre possíveis irregularidades no pregão eletrônico 456/2012, conduzido pela empresa pública ABC, que tinha por objeto a aquisição de material de expediente para a entidade.

As possíveis irregularidades apresentadas pelo denunciante são: 1) (...); 2) (...) e 3) (...)"

2) Exame de admissibilidade (se for o caso)

Esse tópico dificilmente estará presente na sua prova para Auditor de Controle Externo. E sabe porque não faz sentido? Se a conclusão fosse pelo não atendimento dos requisitos de admissibilidade, a etapa posterior da peça, o "exame técnico", iria se restringir a informar que, uma vez não atendidos os requisitos, o processo deve ser arquivado com ciência aos interessados. Assim, você teria que escrever nada.

Vou detalhar um pouco como funciona. Todavia, não percam muito tempo quebrando a cabeça aqui. Serve apenas para que você saiba da existência, caso apareça em sua prova. Lógico que, caso esteja presente em sua prova, ele será pela admissibilidade, sob pena de você não ter o que escrever.

Aqui você irá analisar se a pessoa que apresenta a denúncia, representação, consulta, solicitação do Congresso ou recurso possui ou não legitimidade para fazê-lo.

Embora o principal tema a ser avaliado no exame de admissibilidade seja a legitimação do sujeito, outros pontos também devem ser analisados, caso as informações do enunciado permitam. Um exemplo é examinar se o assunto aduzido pela pessoa está ou não no rol de competências do Tribunal. Além disso, outros requisitos de admissibilidade específicos de cada instituto também devem ser objeto de avaliação. Por exemplo, no TCU, o relator ou Tribunal não admitirá consulta que verse apenas sobre caso concreto (RI/TCU, art. 265). Assim, o exame de admissibilidade de uma consulta deve analisar se ela atende ou não a essa condição.

Não é necessário realizar exame de admissibilidade nos demais tipos de processos, como os processos de contas, de fiscalização (auditorias, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos) e nos processos de atos sujeitos a registro. Da mesma forma, se o enunciado da questão não especificar o tipo de processo, o exame de admissibilidade é desnecessário.

Exemplo

"Registra-se que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes do Regimento Interno, haja vista ter sido apresentada por pessoa legitimada – senador da República. Além disso, se refere a matéria de competência do TCU e a administrador sujeito à sua jurisdição, bem como está redigida em linguagem clara, objetiva e acompanhada de documentação relativa ao fato denunciado."

3) Exame técnico

Aqui é que você apresentará o seu conhecimento perante as questões apresentadas pela banca. Esse é o conteúdo de sua resposta, no qual você irá abordar item a item cada um dos pontos solicitados na questão de sua prova.

Você usará as técnicas explicadas nas aulas anteriores para elaborar um texto, escrevendo parágrafos que abordem cada assunto, com frases curtas, utilizando termos para a coesão do texto etc.

4) Conclusão

Na conclusão, deve ser registrada a síntese da análise realizada e das providências a serem incluídas na proposta de encaminhamento.

Deve-se incluir informação sobre o conhecimento e procedência, ou não, da denúncia, da representação ou do recurso. Nos processos de contas, a conclusão deve informar se as análises realizadas conduzem ao julgamento pela regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade.

Se a conclusão for pela imputação de débito ou alguma sanção, uma importante providência a ser adotada é dar oportunidade de defesa ao responsável, mediante a respectiva citação ou audiência. Caso a decisão proposta ao Tribunal também afetar um terceiro, deve-se ainda promover a oitiva dessa parte afetada.

Exemplos

"Do exposto, conclui-se que, nos termos da Lei Orgânica do TCU, a representação deve ser conhecida para, no mérito, ser considerada procedente, eis que a conduta do gestor caracteriza infração à Lei de Licitações.

Diante das ilegalidades constatadas, propõe-se a audiência prévia do responsável para que apresente suas razões de justificativa. Caso a defesa não elida a causa da impugnação, propõe-se a aplicação de multa ao responsável, conforme previsto na Lei Orgânica do TCU, bem como a emissão de determinações ao órgão para corrigir as falhas identificadas e prevenir a ocorrências de outras semelhantes, nos termos da proposta de encaminhamento a seguir".

"Por todo o exposto, conclui-se que, nos termos da Lei Orgânica do TCU, as contas do responsável devem ser julgadas regulares com ressalva, eis que apresentam as seguintes falhas de natureza formal que não caracterizam dano ao erário: (enumerar as falhas)."

5) Proposta de encaminhamento

No Tribunal, quem decide é o Plenário. Você, enquanto setor instrutivo, indicará qual a sugestão de encaminhamento para que a decisão seja tomada pelos Ministros/Conselheiros.

Neste campo são reunidas as sugestões de providências que, na opinião do elaborador da peça (ou seja, na sua opinião), merecem ser adotadas pelo Tribunal à vista dos elementos apresentados no comando da questão e da análise empreendida.

Exemplos

Submete-se o processo à consideração superior propondo a adoção das seguintes providências:

a) conhecer a presente representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade, nos termos do Regimento Interno;

b) considerar procedente a presente representação, eis que a conduta do gestor caracteriza infração à Lei de Licitações;

c) promover, nos termos da Lei Orgânica do TCU, a audiência do Sr. Fulano de Tal, responsável pela infração à lei, para que apresente suas razões de justificativa;

d) aplicar ao Sr. Fulano de Tal a multa prevista na Lei Orgânica do TCU, caso as suas justificativas não elidam o fundamento da impugnação.

Submete-se o processo à consideração superior propondo a adoção das seguintes providências:

a) julgar regulares com ressalva as contas do responsável, com base na Lei Orgânica do TCU, eis que apresentam falhas de natureza formal das quais não resultou dano ao erário;

b) determinar ao órgão XYZ, com base na Lei Orgânica do TCU, que faça isso, isso e aquilo para corrigir as falhas identificadas;

c) arquivar o presente processo, com fulcro no Regimento Interno.

A correção pela Banca AOCP

Para entrar num jogo, saiba de antemão as regras. É imprescindível conhecermos como a prova será corrigida para buscarmos sempre atender a dica 1, facilitar a vida do avaliador.

A banca AOCP costuma avaliar os itens abaixo.

- ✓ Atendimento e desenvolvimento do tema.
- ✓ Coesão e Coerência.
- ✓ Atendimento à estrutural textual proposta.
- ✓ Argumentação.
- ✓ Modalidade Gramatical.

O peso varia de acordo com seu edital. Às vezes ela também muda os nomes dos aspectos, mas em essência é o que se deseja do candidato é que atenda aos itens acima. E já adianto, é assim em qualquer banca. Elas mudam os nomes, mas no final estão avaliando as mesmas competências esperadas na elaboração de uma boa discursiva.

Padrão de Resposta Definitivo

Nem todas as bancas liberam um espelho de respostas prévio que possa ser contestado ou sequer liberam ao final um espelho definitivo. O lado bom é que cada vez mais a transparência tem sido a regra nos concursos e a divulgação dessas informações tende a ser prática comum.

AOCP

No caso da banca AOCP, tradicionalmente, ela não apresenta um espelho padrão para a pergunta feita em sua prova discursiva no modelo de redação, no qual o tema geralmente é mais amplo. Nas questões, estudos de casos e peças técnicas elas liberaram, junto com a nota da discursiva, um pequeno espelho com o que esperava em cada questão. Existindo esse padrão você terá como fazer um recurso mais bem embasado, caso seja necessário.

A seguir apresento um exemplo de espelho padrão da prova para PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO realizado pela AOCP.

TABELA 12.2

	Aspectos:	Descrição:	Pontuação máxima
1	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	5,0 (2,5 por questão)
2	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	7,0 (3,5 por questão)
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.	3,0 (1,5 por questão)
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). **Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).**	5,0 (2,5 por questão)
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA			**20,0**

Comando da Questão

Os ataques às Torres Gêmeas, em Nova York, e ao prédio do Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em Washington, ocorridos em 11 de setembro de 2001, colocaram sob suspeita a religião islâmica e seus seguidores. Nesse contexto, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, fez uma convocação internacional para a luta contra o terrorismo, na forma de uma "cruzada" do Ocidente cristão contra os mulçumanos. A religião é considerada culpada por inúmeros conflitos ao redor do mundo, sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. Essa perspectiva de análise é correta?

R.: A História registra inúmeros conflitos que tiveram como pano de fundo a questão religiosa, como as Cruzadas na Idade Média, quando os cristãos almejavam aos lugares que consideravam sagrados no Oriente Médio; o conflito entre huguenotes (protestantes) e católicos na França no século XVI; a perseguição aos judeus durante a Inquisição e em outros momentos da História, entre outros exemplos. No decorrer dos séculos foram muitos os conflitos que tomaram a religião como justificativa ideológica. O que ocorreu depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, realizados por um grupo fundamentalista islâmico, foi uma generalização decorrente da cobertura dos meios de comunicação de massa e de outros formadores de opinião. Com o desconhecimento do outro e as posturas etnocêntricas, esse tipo de visão equivocada ganha repercussão. 3 O fato de alguns ataques de grupos terroristas serem feitos em nome de uma crença específica não significa que todos os adeptos daquela religião sejam terroristas em potencial. Apenas alguns grupos apresentam reações fundamentalistas diante de quem é alheio ou discordante com relação à sua crença religiosa. Entre os estudos sobre o terrorismo e fundamentalismo religioso, é preciso destacar aqueles que sinalizam para a situação de empobrecimento e marginalização de vastas populações em diversas partes do mundo, sobretudo após os anos 1990. Muitas associações religiosas assumiram obrigações e deveres até então exercidos pelo Estado, que reduziu seu papel no sistema de proteção social em tempos de neoliberalismo. Portanto, outros fatores sociais e políticos também estão atrelados ao tema do terrorismo e dos conflitos religiosos, mostrando que suas motivações se situam além das questões religiosas. É necessário sempre ir além das aparências dos fatos e das interpretações prontas e observar o princípio do teórico militar prussiano Carl Clausewitz (1780-1831) de que toda guerra se subordina aos interesses políticos.

Veja agora um exemplo de uma questão técnica para concurso do TRT para ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL.

1) Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.

R.: No Processo do Trabalho, a citação pode ser feita por correio, oficial de Justiça ou edital. E determinado pela Consolidação das Leis Trabalhistas que as citações sejam feitas pelo correio (registro postal com franquia). Contudo, se o local não for

abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência, o mandado de citação e encaminhado a um Oficial de Justiça para cumprimento.

Carlos deve cumprir o horário estipulado para a pratica de atos processuais que, em regra, realizar-se-ão nos dias uteis das 6 (seis) as 20 (vinte) horas. Se a reclamada criar embaraços ao recebimento do mandado de citação ou não for encontrada, em regra, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo. Contudo, no caso em questão, considerando o valor da causa, o qual não excede a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, faz-se necessário que o procedimento a ser seguido seja o sumaríssimo, e, portanto, se Carlos não localizar representantes da empresa para a citação, o mesmo deverá devolver o mandado, não podendo ser realizada a citação por edital, incumbindo a reclamante a correta indicação do nome e endereço da reclamada, pois a citação em questão e incompatível com o procedimento em que a reclamação trabalhista está tramitando. Insta mencionar que o não-comparecimento da reclamada importa revelia, além de confissão quanto a matéria de fato, contudo e facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente. Sendo que, nos termos da Lei no 13.467 de julho de 2017, o preposto não precisa ser empregado da parte reclamada, podendo, no caso em questão, ser um amigo do representante da reclamada, desde que o mesmo tenha conhecimento dos fatos ocorridos durante o contrato de trabalho, objeto da demanda.

Mais à frente falarei um pouco sobre como é calculada a sua nota na prova discursiva. Mas, já vou adiantar uma informação muito importante. Que os professores de português não me escutem. Segredinho nosso e que você já deve ter percebido.

O mais importante no seu texto é o conteúdo e a estrutura de como ele foi apresentado. Os erros de português têm um peso bem menor.

A avaliação

O avaliador é especialista no assunto?

Muitas vezes não é. E para corrigir ele fará uma comparação, como se fosse um *checklist* para identificar se o aluno abordou o assunto pedido. Por isso, é importantíssimo facilitar a vida do avaliador (nossa dica número 1).

Tenha muito cuidado. Muitas vezes, alunos que sabem muito não tiram uma boa nota exatamente por colocar assuntos muito avançados que não estão no espelho da banca. Aqui uma má notícia, se não estiver no espelho definitivo da Banca, já era. Não adianta ter abordado assuntos que são corretos, mas que não aparecem na resposta padrão. A Banca é soberana. Eu costumo dizer que elas criam a própria jurisprudência.

Dica

Não brigue com a Banca. Aprenda a jogar o jogo e se aproveite das regras.

Serei avaliado por uma única pessoa?

Existe, geralmente, alguma variação entre os editais e entre as bancas. A grande maioria das bancas não deixa claro, se você será avaliado por uma única pessoa ou por mais de um corretor. A tendência é que exista pelo menos dois, diminuindo o viés avaliativo. De toda forma, você não deve se preocupar com o número de avaliadores e sim em fazer uma ótima prova e garantir a nota máxima, seja com um avaliador ou com mais de um.

Ultimamente, apenas a Cebraspe (Cespe) tem sido clara com relação aos critérios de correção. A prova discursiva de cada candidato é submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Nela, normalmente, a prova discursiva, com relação ao conteúdo, é corrigida por dois corretores de forma independente, sendo atribuída ao candidato a média obtida a partir da nota atribuída por cada um dos corretores. Não é divulgada a nota atribuída por cada corretor de forma independente, ou seja, você não tem como saber que nota cada um dos avaliadores atribuiu a sua prova.

Os editais da Cebraspe (Cespe), normalmente, ainda preveem um terceiro avaliador quando existe uma discrepância significativa na nota. Assim, se houver uma divergência superior a 25% entre as notas atribuídas pelos examinadores, a sua redação passará pela análise de um terceiro examinador, ou seja, até três pessoas podem avaliar a sua prova, isso sem contar com o recurso que você poderá realizar.

Exemplo 1 – Divergência menor que 25%:

Examinador 1: Nota 20 pontos

Examinador 2: Nota 22 pontos

Como a diferença foi de apenas 10%, a nota será a média entre as duas avaliações. Logo, serão atribuídos ao conteúdo 21,00 pontos.

Exemplo 2 – Divergência MAIOR que 25%:

Examinador 1: Nota 20 pontos

Examinador 2: Nota 10 pontos (divergência de 50% entre as duas notas iniciais)

Examinador 3: Nota 25 pontos

Sua nota será a média das duas maiores notas, ou seja, 22,5 pontos.

Assim, mesmo que a banca não seja explícita no edital, provavelmente você será avaliado por mais de uma pessoa, o que diminui o risco de uma correção enviesada por uma única visão.

Como se dá o cálculo final da nota?

Aqueles que não gostam de cálculo não precisam ter medo. De forma resumida, a sua nota é, normalmente, a soma de cada um dos itens avaliados, ou seja, não existe a subtração de pontos como na prova da Iades ou Cebraspe. Então se a nota é uma soma simples não preciso me preocupar com nada mais?

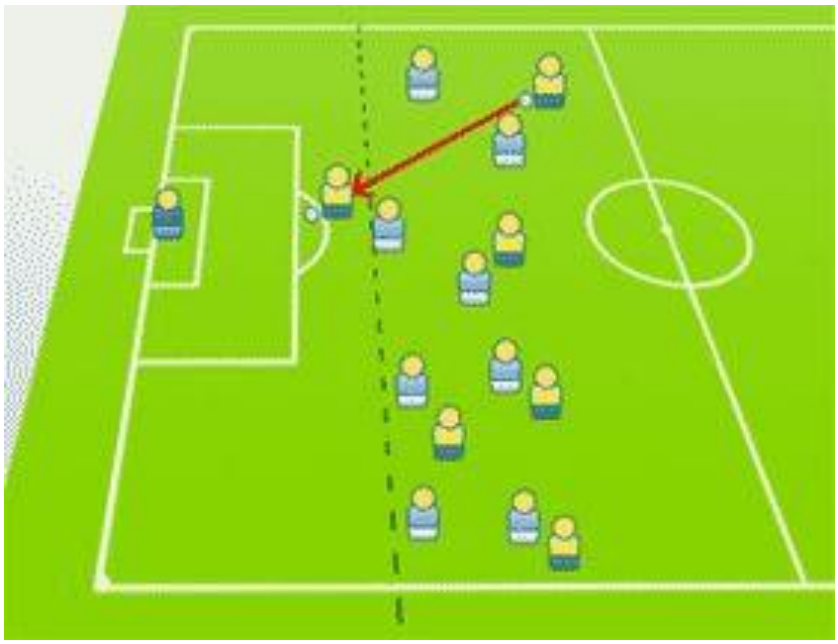
Claro que tem que saber o restante da regra, existem critérios do edital que devem ser obedecidos. Alguns deles, se não forem observados, significam a exclusão do concurso.

Abaixo elenco alguns dos itens que geralmente causariam uma nota zero no concurso. Parece besteira, mas você tem que saber das regras do seu concurso. Não seja desclassificado por um mero descuido.

Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) fugir ao tema proposto.

Muitos alunos menosprezam as regras e chegam na hora da prova sem saber como se comportar. Não dá para ir jogar uma partida de futebol sem saber o que é um impedimento ou se a bola se joga com os pés ou com as mãos. A comparação é simples, mas cabe bem aqui. Vá para prova sabendo como deve agir e já estará à frente de grande parte da concorrência.

Não se coloque em posição de impedimento.



Que estratégia utilizar na prova discursiva

Quanto tempo devo gastar na prova discursiva?

Na maioria dos concursos a prova discursiva é realizada no mesmo dia e dentro do mesmo espaço de tempo da prova objetiva. Assim, você deverá ter em mente quanto tempo gastará na objetiva e quanto precisará para a subjetiva.

Existem outros, em que um turno é para objetiva e outro para subjetiva. Ou ainda, situações em que existem dias específicos para as provas discursivas.

Em caso de objetiva e discursiva no mesmo turno, minha sugestão é que primeiro você defina quanto tempo precisará para a discursiva. Se para uma redação de 30 linhas você precisa de 30 minutos, reserve 40 minutos, se precisa de 50 minutos, reserve 60 minutos. Sempre se dê uma pequena margem de segurança.

E quando for somente a discursiva num turno? Nesse caso, o tempo também será curto, pois se colocaram em horários separados, é porque a carga de questões é alta e você terá que escrever bastante.

Não tem como adivinhar como será a sua prova até sair o edital. O importante é estarmos prontos para qualquer tipo de edital.

E como você saberá quanto tempo precisa? Aqui, uma notícia não tão boa. Apenas com muito treino. Não existe fórmula pronta. Alguns escrevem mais rápido e com letra legível, outros tem a letra muito ruim e precisam de mais cuidado e demoram mais tempo. Uns não abrirão mão do rascunho completo, outros farão apenas um esboço em forma de esquema.

Dica

Coloque a mão na massa! Pratique em casa até a exaustão.

Enfim, todos precisam treinar e cronometrar o seu tempo até ter plena consciência de quanto tempo será preciso e lógico ir melhorando suas marcas com o passar dos treinos. Funciona como um nadador ou corredor, com muito treino seus tempos vão baixando.



Escreva, escreva e escreva.

Fortaleça a musculatura da mão. É! Existem músculos ali sim!

Na prova de consultor da câmara fiquei dias com a mão dolorida e olhe que treinava bastante, mas ali tínhamos que fazer diversas discursivas com 120 linhas cada.

Devo fazer primeiro a objetiva ou a discursiva? Ler antes a pergunta ou não ler?

Aqui, novamente, não existe uma receita de bolo. Normalmente os alunos fazem a redação ao final, após responderem a prova objetiva.

Mas qual o problema de inverter a ordem? O grande risco é de você calcular mal o tempo e não conseguir responder as questões objetivas, ou chegar muito cansado na hora de respondê-las e perder pontos importantes. Outra coisa é que apenas chegarão na prova discursiva os alunos mais bem classificados, assim, primeiro você tem que garantir que terá a sua prova corrigida. Caso contrário, de nada adianta escrever uma redação nota 10 e não conseguir ter ela analisada pelo avaliador.

Como você será um aluno que terá treinado até a exaustão e saberá o tempo que gasta para elaborar o seu texto, a ordem não será tão importante.

Mas professor, mesmo assim eu quero uma sugestão sua.

Tudo bem, nesse caso vou contar como eu fazia. Sempre deixava para o final, pois corria o risco de ao longo da prova ver algum assunto relacionado e que pudesse me ajudar na elaboração da minha prova discursiva. Mas, para isso, eu sempre estava olhando o tempo gasto na objetiva, de forma a garantir o tempo necessário para responder a subjetiva.

Quanto a olhar antes o assunto da subjetiva, eu prefiro que você deixe para fazer isso quando estiver mais confiante nos concursos e com algumas aprovações no currículo. O risco de você ficar nervoso ao ver um assunto que não sabe a resposta é grande e isso levaria provavelmente a sua nota na objetiva para baixo.

Usar letra cursiva ou de forma?

Eu sugiro que você use a letra que deixa o seu texto mais legível para o avaliador. Se você tem letra cursiva linda, parecendo aquelas de caderno de caligrafia ótimo. Ou ainda se a letra for não tão perfeita, mas a leitura fica de fácil entendimento a letra cursiva pode ser utilizada sem medo.

Agora se você tem letra feia, tipo aqueles hieróglifos antigos, sugiro muito que use a letra de forma. Mas lembre-se de fazer uma diferenciação entre a letra maiúscula e minúscula.

Alunos de letra feia fiquem tranquilos. A minha é horrorosa e mesmo assim consegui ótimos resultados. E qual foi o remédio para isso? Muita prática e treino. Alguém se lembra quando foi a última vez que escreveu um texto a mão livre? Pois é, com os computadores escrevemos menos a cada dia que passa. Enquanto os concursos não forem feitos em computadores, o jeito é treinar a escrita à mão livre.

Mão na massa

Já vou deixar para você um dever de casa. Não deixe de praticar. Não adie o inadiável.

Abaixo segue a prova discursiva do concurso para Polícia Rodoviária Federal de 2019.

Quero que você imprima uma folha no padrão da banca abaixo elaborado por nós. E respondam à questão dentro de no máximo 45 minutos. Apenas após os 45 minutos é que devem para e corrigir a sua prova com base nos critérios de avaliação que presentes no seu edital e apresentado acima, vendo que nota vocês dariam a vocês com base única e exclusivamente naquelas informações.

Professor,

Faço rascunho antes?

Escrevo todas as linhas?

Letra cursiva ou de forma?

Veja que abordamos esses pontos mais acima. Para alguns, já deixei a instrução bem clara, para outros apenas praticando é que você definirá sua melhor estratégia.

A Lei n.º 11.705/2008, conhecida como Lei Seca, por reduzir a tolerância com motoristas que dirigem embriagados, colocou o Brasil entre os países com legislação mais severa sobre o tema. No entanto, a atitude dos motoristas pouco mudou nesses dez anos. Um levantamento, por meio da Lei de Acesso à Informação, indicou mais de 1,7 milhão de autuações, com crescimento contínuo desde 2008. O avanço das infrações nos últimos cinco anos ficou acima do aumento da frota de veículos e de pessoas habilitadas: o número de motoristas flagrados bêbados continua crescendo, em vez de diminuir com o endurecimento das punições ao longo desses anos.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Nas estradas federais que cortam o estado de Pernambuco, durante o feriadão de Natal, a PRF registrou cento e três acidentes de trânsito, com cinquenta e dois feridos e sete mortos. Segundo a corporação, seis motoristas foram presos por dirigir bêbados e houve oitenta e sete autuações pela Lei Seca. Os números são parte da Operação Integrada Rodovia, deflagrada pela PRF. Em 2017, foram registrados noventa acidentes. No ano passado, a ação da polícia teve um dia a menos.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O COMBATE ÀS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 medidas adotadas pela PRF no combate às infrações; [valor: 7,00 pontos]

2 ações da sociedade que auxiliem no combate às infrações; [valor: 6,00 pontos]

3 atitudes individuais para a diminuição das infrações. [valor: 6,00 pontos]

Folha para Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO PRF

Quanto ao desenvolvimento do tema, o candidato deve, a partir dos textos motivadores, abordar o tema e os aspectos propostos, de maneira clara e coerente, empregando os mecanismos de coesão textual. A abordagem dada ao tema pode variar, mas o candidato deve demonstrar conhecer a atualidade do tema das infrações nas rodovias, que vitimam inúmeras pessoas, além dos próprios ilícitos cometidos.

Com relação ao ~~item~~ aspecto 1, espera-se que o candidato aborde medidas que podem ser implementadas ou que já são adotadas pela Polícia Rodoviária Federal no combate às infrações nas rodovias, como o aumento de efetivo, a ampliação do uso de equipamentos eletrônicos, o incremento de operações integradas no combate aos ilícitos, as campanhas institucionais, entre outras.

No ~~item~~ aspecto 2, espera-se que o candidato aborde ações que podem ser feitas pela sociedade para diminuição das infrações, como campanhas de iniciativa privada para aumento da conscientização da conduta a ser praticada, palestras em entidades privadas com ampla divulgação, envolvimento com escolas públicas e privadas em busca da conscientização da sociedade, entre outras.

No que se refere ao ~~item~~ aspecto 3, espera-se que o candidato aborde atitudes que o indivíduo pode realizar para combater as infrações, como a própria conscientização da conduta correta a ser praticada, a participação de atividades educativas de trânsito, o envolvimento em atividades de ajuda a vítimas de trânsito, entre outras.

Observação: foram citadas algumas medidas, ações e atitudes neste padrão de resposta apenas como exemplos.

~~Aspecto~~ Quesito 2.1

Conceito 0: não abordou ~~o aspecto~~ medidas da PRF no combate às infrações.

Conceito 1: mencionou ~~o aspecto~~ duas ou mais medidas da PRF no combate às infrações, mas não ~~o~~ as desenvolveu.

Conceito 2: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais medidas da PRF no combate às infrações de forma inconsistente ou desconectada do texto como um todo.

Conceito 3: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais medidas da PRF no combate às infrações, articulando-~~o~~as com o tema e os demais aspectos, apresentando exemplos de atuação.

~~Aspecto~~ Quesito 2.2

Conceito 0: não abordou ~~o aspecto~~ ações da sociedade que auxiliem na diminuição das infrações.

Conceito 1: mencionou ~~o aspecto~~ duas ou mais ações da sociedade que auxiliem na diminuição das infrações, mas não o as desenvolveu.

Conceito 2: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais ações da sociedade que auxiliem na diminuição das infrações de forma inconsistente ou desconectada do texto como um todo.

Conceito 3: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais ações da sociedade que auxiliem na diminuição das infrações, articulando-~~o~~as com o tema e os demais aspectos, apresentando exemplos de atuação.

Aspecto Quesito 2.3

Conceito 0: não abordou ~~o aspecto~~ atitudes individuais para a diminuição das infrações.

Conceito 1: mencionou ~~o aspecto~~ duas ou mais atitudes individuais para a diminuição das infrações, mas não o as desenvolveu.

Conceito 2: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais atitudes individuais para a diminuição das infrações de forma inconsistente ou desconectada do texto como um todo.

Conceito 3: desenvolveu ~~o aspecto~~ duas ou mais atitudes individuais para a diminuição das infrações, articulando-~~o~~as com o tema e os demais aspectos, apresentando exemplos de atuação.